



Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza relacionada à manutenção do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo em 12 de dezembro de 2013, quanto à operacionalização do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes, uma vez que o referido contrato possui previsão para encerramento em 30 de novembro de 2018. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional do gerenciamento do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes, que depende da renovação do Contrato de Gestão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa no. 4, foram conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 29 de janeiro de 2016 e 06 de fevereiro de 2017, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 e das demonstrações financeiras de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 e sobre as demonstrações financeiras da Associação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)	Passivo	Nota	2017	2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Ativos financeiros - Recursos com restrição	5	4.822	7.078	6.208	Fornecedores		446	345	265
Outros créditos		263	208	1.222	Salário, férias e encargos sociais		1.257	1.282	1.013
Total do Ativo Circulante		5.085	7.286	7.430	Projetos vinculados a executar	7	2.874	5.177	5.080
Outros créditos		93	93	93	Outras contas a pagar		79	89	922
Depósitos judiciais		36	36	36	Total do Passivo Circulante		4.656	6.893	7.280
Imobilizado	6	896	1.183	1.360	Fundos do contrato de gestão	7.b	256	220	-
Total do Ativo não Circulante		1.025	1.312	1.489	Bens a apropriar	6	896	1.183	1.360
					Contingências	8	73	73	50
					Total do Passivo não Circulante		1.225	1.476	1.410
Total do Ativo		6.110	8.598	8.919	Patrimônio líquido				
					Patrimônio social	10	57	57	57
					Superávit acumulados		172	172	172
					Total do Patrimônio líquido		229	229	229
					Total do Passivo		6.110	8.598	8.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016 (reapresentado)
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Poder público		16.421	17.597
Receitas financeiras		161	303
Voluntários	3.i	<u>137</u>	<u>99</u>
		16.719	17.999
Recursos de projetos especiais - Leis de incentivo		3.351	6.078
Receitas financeiras - Leis de incentivo		<u>71</u>	<u>136</u>
Total das receitas operacionais	11	<u>20.141</u>	<u>24.213</u>
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Despesas com pessoal	12	(9.502)	(8.561)
Despesas gerais e administrativas	13	(10.259)	(14.770)
Impostos/taxas e contribuições		(168)	(603)
Voluntários	3.i	<u>(137)</u>	<u>(99)</u>
Resultado antes das despesas financeiras		(20.066)	(24.033)
Despesas financeiras	3.h	<u>(75)</u>	<u>(180)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(20.141)</u>	<u>(24.213)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	57	172	229
Resultado do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57	172	229
Resultado do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57	172	229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização - ativos imobilizados	503	472
Depreciação e amortização - bens a apropriar	(503)	(472)
Contingências	-	23
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Ativos financeiros - Recursos com restrição	2.256	(870)
Outros créditos	(55)	1.014
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	101	80
Salários, provisão de férias e encargos sociais	(25)	269
Projetos vinculados a executar	(2.051)	613
Outras contas a pagar	(10)	(833)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>216</u>	<u>296</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Baixa de imobilizado	25	-
Aquisição de imobilizado	(241)	(296)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(216)</u>	<u>(296)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Associação do Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho (“Associação”), entidade sem fins lucrativos, tornou-se Organização Social de Cultura em 17 de agosto de 2006 e assinou Contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2006, com o objetivo de fomentar a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural do Paço das Artes.

A Associação também vem, desde 1º de novembro de 2007, gerindo as atividades do Museu da Imagem e do Som, localizado na Av. Europa, nº 158.

Atualmente a Associação gerencia as atividades do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes através do Contrato de Gestão nº 006/2013 assinado em 12/12/2013 com vigência de 01 de janeiro de 2014 a 30 de novembro de 2018.

Próximo ao encerramento do Contrato de Gestão a Secretaria da Cultura publicará nova Convocatória para administração do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes. Como em anos anteriores iremos concorrer e temos convicção que continuaremos administrando os dois museus.

Em 15 de abril de 2016 o prédio sede do Paço das Artes foi entregue ao Instituto Butantan ligado a Secretaria da Saúde. Desde essa data o Paço das Artes passa por uma reestruturação provisória até a obtenção de uma nova sede. Parte de seus bens móveis e materiais foram enviados a um galpão para guarda. A equipe de trabalho foi transferida ao Museu da Imagem e do Som com a destinação de uma sala expositiva às exposições do Paço das Artes.

No exercício de 2017 a Secretaria da Cultura congelou o valor dos repasses do Contrato de Gestão nº 006/2013, ficando estes iguais ao de 2016. Através de esforços e empenho com a captação de recursos, patrocínios e projetos incentivados foi possível manter a qualidade das atividades culturais de ambos museus.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aplicáveis na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro .

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 20 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 8** - Provisões para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Ativos financeiros - recursos com restrição

Abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originado de contrato com a Secretaria da Cultura e Projetos Especiais originados de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Software	5 anos
Site	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Benefícios a empregados

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e poupanças.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e tarifas das administradoras de cartões de débito e crédito sobre as operações.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. O valor em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 137 (R\$ 99 em 2016).

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 14.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro, no entanto, a Associação considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas da Associação incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Associação não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016, originalmente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para refletir os ajustes demonstrados a seguir:

- (a) Reclassificação de “Caixa e bancos” e “Aplicações financeiras” para “Ativos Financeiros - Recursos com restrição” que não visam atender a compromissos de caixa de curto prazo e sim investimento ou outros propósitos, nos montantes de R\$ 6.208 em 1º de janeiro de 2016 e R\$ 7.078 em 31 de dezembro de 2016;
- (b) Correção de erro referente a não depreciação dos ativos imobilizados, bem como o mesmo impacto na rubrica de “Bens a apropriar” no passivo não circulante da Associação, nos montantes de R\$ 3.776 em 1º de janeiro de 2016 e R\$ 3.219 em 31 de dezembro de 2016. No resultado do exercício o impacto foi de R\$ 472 referente a ausência de reconhecimento da despesa de depreciação na rubrica de “Despesas gerais e administrativas”, bem como a ausência do reconhecimento da receita originada pelo benefício econômico usufruído pelos bens imobilizados dentro do exercício, no mesmo montante.
- (c) Reclassificação na demonstração do fluxo de caixa das variações de passivos para melhor apresentação, dos saldos de “Outras “contas a pagar, fornecedores e obrigações fiscais” no montante de R\$ 23 para “ajuste do resultado do exercício” variação da despesa com contingências.

- (d) Reclassificação na demonstração do fluxo de caixa das variações de passivos para melhor apresentação, R\$ 296 do grupo de “Adiantamento projetos incentivados e Recursos contrato de gestão” para o grupo de “atividades de investimento” - aquisição de ativo imobilizado.

Balanco patrimonial

Ativo	01/01/2016	Ajustes	01/01/2016 (reapresentado)	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016 (reapresentado)
Caixa e bancos	(a) 2.691	(2.691)	-	1.789	(1.789)	-
Aplicações financeiras	(a) 3.517	(3.517)	-	5.289	(5.289)	-
Ativos Financeiros - Recursos com restrição	(a) -	6.208	6.208	-	7.078	7.078
Outros Créditos	1.222	-	1.222	208	-	208
Total do ativo circulante	7.430	-	7.430	7.286	-	7.286
Outros passivos	129	-	129	129	-	129
Imobilizado	(b) 5.136	(3.776)	1.360	4.402	(3.219)	1.183
Total do ativo não circulante	5.265	(3.776)	1.489	4.531	(3.219)	1.312
Total do ativo	12.695	(3.776)	8.919	11.817	(3.219)	8.598
Passivo	01/01/2016	Ajuste	01/01/2016 (reapresentado)	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 (reapresentado)
Passivos circulante	7.280	-	7.280	6.893	-	6.893
Total do passivo circulante	7.280	-	7.280	6.893	-	6.893
Bens a apropriar	(b) 5.136	(3.776)	1.360	4.402	(3.219)	1.183
Outros passivos não circulante	50	-	50	293	-	293
Total do passivo não circulante	5.186	(3.776)	1.410	4.695	(3.219)	1.476
Patrimônio líquido	57	-	57	57	-	57
Patrimônio social	172	-	172	172	-	172
Superávit/Déficit acumulados	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	229	-	229	229	-	229
Total do passivo	12.695	(3.776)	8.919	11.817	(3.219)	8.598

Demonstrações de resultado

	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016 (reapresentado)
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Poder público	(b) 17.125	472	17.597
Outras receitas	6.616	-	6.616
	23.741	472	24.213
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(b) (14.298)	(472)	(14.770)
Outras despesas	(9.263)	-	(9.263)
	180	-	180
Resultado antes das despesas financeiras			
Despesas financeiras	(180)	-	(180)
Resultado do exercício	-	-	-

*Associação do Paço das Artes
Francisco Matarazzo Sobrinho
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016 reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	-	-	-
Depreciação acumulada - ativos imobilizados	(b) -	.472	472
Depreciação acumulada - Bens a apropriar	(b) -	(472)	(472)
Contingências	(c) -	23	23
Resultado do exercício ajustado	(c) -	23	23
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) / redução nos ativos em			
Ativos financeiros - recursos com restrição	(a) -	(870)	(870)
Demais variação nos ativos	1.014	-	1.014
Total variações nos ativos	1.014	(870)	144
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Adiantamento projetos incentivados e Recursos contrato de gestão	(d) 317	296	613
Outras contas a pagar, fornecedores e obrigações fiscais	(e) (730)	(23)	(753)
Demais variações dos passivos	269	-	269
Total variações nos passivos	(144)	273	129
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	870	(574)	296
Aquisição de ativo imobilizado	(d) -	(296)	(296)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	-	(296)	(296)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	870	(870)	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1o de janeiro	(a) 6.208	(6.208)	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	(a) 7.078	(7.078)	-

Os ajustes e reclassificações não tiveram impacto nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido.

5 Ativos financeiros - Recursos com restrição

	2017	2016
Caixa	69	105
Banco conta movimento	619	1.684
Aplicações financeiras	4.134	5.289
	4.822	7.078

Os ativos financeiros - recursos com restrição referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos vinculados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um significativo risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas anuais que variam entre 57% a 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% a 103,4% em 2016).

6 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo 2017	Depreciação acumulada	Líquido	
				2017	2016
				(reapresentado)	
Móveis e utensílios	10%	916	(670)	246	344
Máquinas e equipamentos	20%	2.586	(2.309)	277	430
Equipamentos de informática	20%	1.071	(790)	281	265
Softwares	20%	790	(698)	92	144
Total		5.363	(4.467)	896	1.183

Movimentação imobilizado

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	1.066	14	(164)	916
Máquinas e equipamentos	2.590	82	(86)	2.586
Equipamentos de informática	1.028	129	(86)	1.071
Softwares	774	16	-	790
Total	5.458	241	(336)	5.363

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	(722)	(112)	164	(670)
Máquinas e equipamentos	(2.160)	(233)	84	(2.309)
Equipamentos de informática	(763)	(90)	63	(790)
Softwares	(630)	(68)	-	(698)
Total	(4.275)	(503)	311	(4.467)
Saldo líquido	1.183	(262)	(25)	896

*Associação do Paço das Artes
Francisco Matarazzo Sobrinho
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2016 (reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016 (reapresentado)
Móveis e utensílios	1.031	35	-	1.066
Máquinas e equipamentos	2.469	121	-	2.590
Equipamentos de informática	934	94	-	1.028
Softwares	728	46	-	774
Total	5.162	296	-	5.458

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2016 (reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016 (reapresentado)
Móveis e utensílios	(632)	(90)	-	(722)
Máquinas e equipamentos	(1.946)	(214)	-	(2.160)
Equipamentos de informática	(667)	(96)	-	(763)
Softwares	(558)	(72)	-	(630)
Total	(3.803)	(472)	-	(4.275)

Saldo líquido	1.359	(176)	-	1.183
----------------------	--------------	--------------	----------	--------------

7 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 01/01/2017 (reapresentado)	Valores recebidos / repases	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Transferências	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2017
Contrato de Gestão (a)	3.385	13.005	2.811	161	(36)	(16.583)	2.743
Contrato de Gestão - Fundos (b)	220	-	-	-	36	-	256
Projeto 1	1	-	-	-	-	(1)	-
Projeto 2 - (c)	1.153	-	-	-	(1.153)	-	-
Projeto 3 - (d)	100	-	6	12	1.153	(1.261)	10
Projeto 4 - (e)	-	-	600	-	-	-	600
Projeto 5 - (f)	1.584	-	65	57	-	(1.436)	270
Projeto 6 - (g)	138	-	-	-	-	(138)	-
Projeto 7 - (h)	-	138	492	2	-	(485)	147
Convênio	-	-	100	-	-	(100)	-
Total	6.581	13.143	4.074	232	-	(20.004)	4.026
(-) Bens a apropriar - Imobilizado	(1.184)	-	-	-	-	288	(896)
Projetos a executar	5.397	13.143	4.074	232	-	(19.716)	3.130

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
 - **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras e poupanças dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
 - **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- (a) **Contrato de Gestão - MIS e Paço das Artes** - Em 12/12/2013, a Associação firmou com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, contrato pelo período de 59 (cinquenta e nove) meses a partir de 01/01/2014, através do Contrato de Gestão nº 006/2013 com valor global de repasse estimado em R\$ 97.376 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, a Associação receberá do Estado recursos financeiros para o fomento a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no **Museu da Imagem e do Som e no Paço das Artes**. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidade à Associação. Durante o exercício de 2017, a Associação recebeu R\$ 13.005 (R\$ 13.005 em 2016). A Associação possui Permissão de Uso para o imóvel onde está instalado o MIS com prazo de vigência do Contrato de Gestão e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido imóvel.
- (b) **Contrato de Gestão - Fundos - MIS e Paço das Artes** - De acordo com o Contrato de Gestão nº 006/2013 citado acima, a Associação fica obrigada a abrir duas contas bancárias distintas e reservar um valor para o Fundo de Reserva e outro para o Fundo de Contingência. O Fundo de Reserva fica sob a tutela do Conselho de Administração e pode ser utilizado em caso de atraso no recebimento de repases financeiros. O Fundo de Contingência fica sob a tutela do Conselho de Administração e do Secretário da Cultura e pode ser utilizado em eventual emergência.
- (c) **Convênio 2 - PRONAC 158852 - Plano Anual 2016** - Durante o exercício de 2015 foi apresentado e aprovado projeto cultural no Ministério da Cultura para realização das atividades do Museu da Imagem e do Som durante o exercício de 2016 em valor total de R\$ 3.185. O projeto teve captação de R\$ 3.130. O saldo final foi transferido ao Plano Anual de 2017 no valor de R\$ 1.153.
- (d) **Projeto 3 - PRONAC 163518 - Plano Anual 2017** - Durante o exercício de 2016 foi apresentado e aprovado projeto cultural no Ministério da Cultura para realização das atividades do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes no valor total de R\$ 5.561. O projeto teve captação de R\$ 106, recebeu por transferência R\$ 1.153 do projeto de 2016. O saldo final será transferido ao Plano Anual de 2018.
- (e) **Projeto 4 - PRONAC 177054 - Plano Anual 2018** - Durante o exercício de 2017 foi apresentado e aprovado projeto cultural no Ministério da Cultura para realização das atividades do Museu da Imagem e do Som e do Paço das Artes durante o exercício de 2018 em valor total de R\$ 10.995. Em 2017 teve captação de R\$ 600 e receberá transferência de R\$ 10 do projeto de 2017. O saldo final será transferido ao Plano Anual de 2018.
- (f) **Projeto 5 - PRONAC 161276 - Exposição Renato Russo** - Durante o exercício de 2016 foi apresentado e aprovado projeto cultural no Ministério da Cultura para realização da Exposição do Renato Russo em valor total de R\$ 3.058, durante o exercício de 2017/2018. O projeto teve captação de R\$ 1.649 e se houver saldo será devolvido ao Ministério da Cultura.

- (g) **Projeto 6 - PROAC 18472 - Plano Anual 2016** - Durante o exercício de 2016 foi apresentado e aprovado projeto cultural na Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo para realização das atividades do Museu da Imagem e do Som durante o exercício de 2016 em valor total de R\$ 1.428. O projeto teve captação de R\$ 1.176, recebeu por transferência R\$ 51 do projeto de 2015. O saldo foi transferido ao Plano Anual de 2017.
- (h) **Projeto 7 - PROAC 21518 - Plano Anual 2017** - Durante o exercício de 2017 foi apresentado e aprovado projeto cultural na Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo para realização das atividades do Museu da Imagem e do Som durante o exercício de 2016 em valor total de R\$ 630. O projeto teve captação de R\$ 492, recebeu por transferência R\$ 138 do projeto de 2016. O saldo será transferido ao Plano Anual de 2018.

8 Provisão para contingências

A Associação reconhece a provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, nos quais a Associação é parte passiva estão assim demonstrados:

	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Provisão para indenizações trabalhistas	62	62
Provisão para indenizações tributárias	9	9
Provisão para indenizações cíveis	2	2
Total de provisões	<u>73</u>	<u>73</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Associação possuía processos judiciais em aberto com risco de perda possível no montante de R\$ 235 (R\$ 46 em 2016).

9 Remuneração da Administração

A Associação não distribuirá, entre os seus diretores, associados, conselheiros, empregados, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da Associação, aplicando-os integralmente na consecução do seu objetivo social.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio da Associação é constituído por todo e qualquer ativo, tais como bens móveis e imóveis, e os assim considerados, inclusive direitos, ações, títulos, inclusive da dívida pública, entre outros.

No caso de dissolução do patrimônio da Associação, o respectivo patrimônio líquido remanescente será transferido, preferencialmente, a outra pessoa jurídica com qualificação idêntica à da Associação que tenha o mesmo objeto social.

11 Receitas operacionais

	2017	2016
Contrato de gestão - Poder Público	13.603	11.073
Recursos de projetos especiais - Leis de incentivo	3.350	6.078
Bilheteria	1.225	4.311
Locação de espaço	1.017	647
Cursos	244	198
Receitas financeiras	232	439
Patrocínio com contra-prestação	90	172
Doações recebidas	-	186
Outras	380	1.109
	<u>20.141</u>	<u>24.213</u>

12 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	4.611	4.196
Encargos (FGTS, INSS e PIS)	1.892	1.565
Vale Refeição e vale transporte	834	777
Férias e encargos	759	768
Assistência médica e odontológica	714	555
13º Salário e encargos	570	550
Estagiários e aprendizes	42	56
Outras despesas	80	94
	<u>9.502</u>	<u>8.561</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Programa de exposição e programação cultural (a)	5.596	9.583
Prestadores de serviços	2.057	2.114
Despesas administrativas	691	1.011
Programa pontos MIS (b)	600	704
Despesa de depreciação	503	472
Conservação, segurança e manutenção predial	366	412
Programa de serviço Educativo e Projeto Especial (c)	264	201
Programa de acervo: conservação, documentação e pesquisa (d)	117	61
Outras despesas	65	212
	<u>10.259</u>	<u>14.770</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Associação:

	Programa de Exposição e Programação Cultural (a)		Programa Pontos MIS (b)		Programa de serviço Educativo e Projeto Especial (c)		Programa de Acervo: Conservação, Documentação e Pesquisa (d)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Montagem e desmontagem	1.151	1.535	-	-	-	-	-	-
Materiais atividades	797	1.189	3	139	-	3	58	21
Artistas, músicos e palestrantes	569	553	350	339	10	-	-	-
Locação de equipamentos	534	1.225	5	-	-	-	-	-
Coordenação/produção	488	229	-	-	-	-	-	-
Designer/gráfica	303	830	1	-	2	-	-	-
Monitoria/educadores	232	-	-	-	12	4	-	-
Direitos autorias/curadoria	218	1.448	92	71	-	-	-	-
Patrocínio de projetos	218	488	-	-	-	-	-	-
Passagens e Hospedagens	98	252	49	47	-	-	-	-
Transportes	88	639	66	67	232	192	2	1
Lanches e refeições	40	57	19	15	1	1	-	2
Outras despesas	860	1.138	15	26	7	1	57	37
	5.596	9.583	600	704	264	201	117	61

14 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário, fundos de renda fixa e poupanças.

15 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017 e 2016.

16 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 10.000 e de R\$ 1.000 para responsabilidade civil (R\$ 6.300 e R\$ 625 em 2016, respectivamente).

* * *

Jacques Kann
Diretor de Gestão e Finanças

Ricardo Claudino Neto
CRC 1SP112.500/O-7